

- REQUERIMENTO** Número / (.ª)
- PERGUNTA** Número / XVII (1 .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto: Financiamento de 110 milhões de euros ao projeto mineiro da Savannah Resources em Boticas

Destinatário:Ministro da Economia e da Coesão Territorial

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Bloco de Esquerda tomou conhecimento, com profunda preocupação, da decisão da AICEP de atribuir um apoio financeiro que pode ascender aos 110 milhões de euros à empresa Savannah Resources para o desenvolvimento do projeto de exploração de lítio em Boticas, uma decisão que configura a entrega de um autêntico "cheque em branco" a um modelo mineiro que a associação ambientalista ZERO classifica justamente como "predatório" e desprovido de qualquer "licença social".

Esta atribuição de fundos públicos é tanto mais incompreensível quanto ocorre num momento em que o país continua sem dispor da "Estratégia Industrial Verde", um instrumento fundamental de planeamento previsto na Lei de Bases do Clima e cuja inexistência transforma este financiamento num ato de gestão casuística, sem garantias de que serve o interesse nacional ou uma política coerente de descarbonização, servindo antes para alimentar a indústria automóvel alemã enquanto o passivo ambiental fica todo em território português.

A gravidade da situação acentua-se pelo facto de este projeto enfrentar uma profunda aversão e contestação por parte das populações locais e autarquias, que veem o seu território ameaçado por uma exploração extrativa agressiva, agravada pela opacidade em torno dos contratos de concessão que, segundo denúncias públicas, terão acrescentado mais de mil hectares à área de exploração no Barroso através de mecanismos pouco transparentes.

Este episódio confirma ainda o preocupante enfraquecimento do Estado na sua função de regulação e planeamento, reduzindo entidades técnicas como o Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG) a um papel meramente decorativo, enquanto o Governo opta por subsidiar promotores privados em vez de investir na capacitação dos organismos públicos de controlo, na defesa intransigente do território, do seu património ambiental, e das populações e numa política de investimento público que sirva os interesses da economia portuguesa.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Deputado do Bloco de Esquerda dirige ao Governo, através do Ministério da Economia e Coesão Territorial e Ministério do Ambiente e Energia, as seguintes perguntas:

1. Como justifica o Governo a atribuição de um apoio público de 110 milhões de euros a um projeto privado que enfrenta forte oposição das populações de Boticas e envolve um elevado passivo ambiental? Que garantias existem de que este valor não servirá apenas para mitigar os riscos financeiros de uma empresa privada à custa dos contribuintes?
2. Por que razão decidiu o Governo avançar com este financiamento avultado antes de concluir e apresentar a "Estratégia Industrial Verde", violando a lógica de planeamento prevista na Lei de Bases do Clima e comprometendo a soberania estratégica sobre os recursos minerais nacionais?
3. Confirma o Governo que os contratos de concessão ou as suas adendas permitiram o alargamento da área de exploração no Barroso em mais de mil hectares? Está o Ministério disponível para tornar públicos, com urgência, todos os documentos contratuais e anexos que fundamentam esta expansão territorial?
4. Pretende o Governo reverter a política de esvaziamento das competências do LNEG e de outras entidades de fiscalização ambiental, ou continuará a promover a externalização do planeamento mineiro e a subordinação do Estado aos interesses das concessionárias?

Palácio de São Bento, 13 de Janeiro de 2026

Deputado(a)s

FABIAN FIGUEIREDO(BE)